

A relação entre juventude e álcool e outras drogas: uma análise de cartilhas do governo federal sobre o olhar da Psicologia Social¹

José Vinicius Ribeiro de Campos²

Resumo

Este artigo procura analisar a relação estabelecida socialmente entre juventude e álcool e outras drogas, principalmente nos órgãos e serviços públicos, tomando por referência a metodologia de análise de documentos da Psicologia Social. Para tanto, realizou-se, primeiramente, revisão de literatura a respeito das noções de adolescência e juventude e também de como os serviços de saúde brasileiros lidam com as temáticas de juventude e álcool e outras drogas. A partir disso, levantou-se um total de 15 cartilhas produzidas pelo governo federal entre 2010 e 2021 as quais abordavam ambas as temáticas. Por fim, na discussão e nas considerações finais, destacou-se a tendência a caracterizar a adolescência como uma fase de experimentação e formação de identidade bem como a conservadorização das cartilhas produzidas nos anos mais recentes, as quais tendem a defender a abstinência como única alternativa pública para jovens quando do uso de substâncias.

Palavras-chave: Juventude; álcool e outras drogas; Psicologia Social; adolescência; cartilha.

¹ Artigo resulta de um projeto de iniciação científica.

² UFABC - joseviniusrsrc@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8742-7020>.

Como citar este artigo: CAMPOS, José Vinicius Ribeiro de. A relação entre juventude e álcool e outras drogas: uma análise de cartilhas do governo federal sobre o olhar da Psicologia Social. **Íandé: Ciências e Humanidades**, São Bernardo do Campo (SP), v. 8, n. 1, p. 99–111, 2024. DOI: 10.36942/iande.v8i1.702.

Considerações acerca da temática de adolescência e juventude

Assim como aponta Léon (2005), os termos adolescência e juventude correspondem a construções sociais que, ao longo dos anos, vão adquirindo significados e valores distintos. Por este motivo, Tommasi (2012) compreende a necessidade de se pensar na juventude não como uma condição da vida em si, mas enquanto uma categoria ou até um conceito analítico.

Dentro da academia, coube historicamente à Psicologia o estudo analítico da adolescência, e às outras ciências humanas, o da juventude. Mesmo assim, é possível afirmar que certas áreas da Psicologia – como a social e a educacional – acabaram por empregar também o conceito de juventude ou até utilizá-lo como sinônimo de adolescência (Léon, 2005).

Do ponto de vista da conceituação destes termos, grosso modo, adolescência representa uma etapa do crescimento no qual o ser humano desenvolve suas características reprodutivas, físicas, cognitivas, intelectuais e fisiológicas, completando-as ao final desta. Isto é, mesmo que também tenha traços de temáticas socioculturais, a noção de adolescência está mais atrelada a aspectos evolutivos e biológicos, sendo tradicionalmente delimitada entre os 12 e 18 anos (Léon, 2005).

Já a categoria juventude, por sua vez, está mais relacionada com características sociais, históricas e culturais, ou seja, ela é mais entendida enquanto uma categoria etária não só de amadurecimento, mas também de especificidades geracionais e, em comparação, tem um tempo de idade maior: de 15 a 29 anos, chegando a ser considerada também, por muitos, como um valor em si, quando atrelado com o novo e o melhor (Léon, 2005).

A partir desta conceituação, Léon (2005) sinaliza a importância de pensarmos o fenômeno juvenil como algo heterogêneo, ao invés de homogêneo, e com potências e limitações. Em outras palavras, não existe uma juventude, mas juventudes, no plural, fruto de diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e que, portanto, faz-se necessário conhecer e compreender a realidade destas pessoas quando do trabalho com elas.

De toda forma, por mais que haja essas diferenciações entre cada grupo juvenil, também há um senso comum vigente quando se pensa em adolescentes e jovens. Assim como afirma Abramo (1997), estes costumam ser “relacionados aos ‘problemas sociais’, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas” (p. 25). Em outros termos, paira no ideário nacional a noção genérica de que jovens geram problemas sociais, como o uso de álcool e outras drogas. Logo, muitas das ações voltadas para estes visam acabar com tais “problemas” sem, contudo, considerá-los sujeitos de direitos, com desejos e sem produzir intervenções dialógicas (Abramo, 1997).

E as próprias políticas públicas não passam ilesas por essa concepção, por mais que haja aquelas que não seguem essa linha de raciocínio. Ainda segundo Abramo (2005), diversas políticas públicas, ao colocar o jovem como fruto de problemas e sujeito em preparação, não favorecem

a própria legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual assume o jovem enquanto sujeito ativo, autônomo e detentor de direitos e deveres, o que os invisibiliza.

Outra representação social muito comum na cabeça das pessoas e nas ações voltadas para jovens é pensá-los também como aqueles capazes de inovar, mudar, transformar (Abramo, 2005). Para Tommasi e Velazco (2016), isso também revela um problema na medida em que cristaliza o jovem e põe uma expectativa sobre ele. As autoras colocam que, no neoliberalismo, os imperativos da produção, transformação, inovação e empreendedorismo também se tornam instrumentos de controle e manutenção social.

Nesse sentido, seria necessário se pensar em um conjunto de ações públicas articuladas que considerassem o ser jovem em toda sua complexidade, não o limitando a apenas um aspecto de sua vida e sem deixar de lado as especificidades históricas e sociais que cada geração possui (Abramo, 2005).

O trabalho em saúde mental com álcool e outras drogas

O uso de álcool e outras drogas não é um fenômeno existente apenas em nosso tempo e espaço contemporâneo. Muito pelo contrário, há registros de uso de substâncias desde a pré-história e em diversas sociedades, culturas, contextos e com várias finalidades. Entretanto, é na Modernidade que o uso de drogas passa a ser visto enquanto algo nocivo e problemático (Santos; Miranda, 2016).

Por causa desse estigma e de um modelo biomédico pautado em intervenções farmacológicas e hospitalocêntricas foi institucionalizado, desde o século XIX, um tratamento focado na abstenção do uso (Santos; Miranda, 2016).

De forma análoga, Méllo (2016) aponta que o cuidado no campo da saúde "tradicional" e o jargão jurídico em relação ao uso de álcool e outras drogas é determinado pela ética de afastar o mal, isto é, as drogas, da vida de um sujeito vulnerável. Isso resume o usuário a um viciado, aquele que não consegue escapar da dependência química. Por causa disso, Méllo (2016) entende que, muitas vezes, o usuário que frequenta um CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Outras Drogas) é tido, então, como um criminoso moral impedido de usar sua razão e que precisa, portanto, retomar sua moral e deixar de ser dominado pela droga. Além disso ainda existem aqueles grupos os quais frequentemente nem sequer chegam a um CAPS AD tamanha a discriminação que passam socialmente, tal como é o caso dos jovens (Méllo, 2016).

Logo, seria fundamental que se pensasse um cuidado ancorado na escuta do sofrimento de cada sujeito, compreendendo suas complexidades, e que fuja da noção de que cuidar é apenas tratar doenças e sintomas em lógicas de atendimento em saúde que sejam ambulatoriais e não

interdisciplinares (Méllo, 2016; Ysaiu; Costa-Rosa, 2008). É necessário pensar o atendimento a usuários de álcool e outras drogas, e até saúde mental como um todo, não a partir da implantação de apenas um serviço de saúde tradicional, mas por meio de uma estratégia de mudança de paradigma na atenção básica e assistência na qual se procure a escuta da palavra, a educação em saúde, o apoio psicossocial e a criação de um vínculo do usuário com o serviço correspondente (Passos et al., 2013; Ysaiu; Costa-Rosa, 2008).

Nesse sentido e em contrapartida à noção de tratamento patologizante, surge o modelo da Redução de Danos, na qual é a relação que o sujeito estabelece com o uso de substâncias que determina se existe um problema ou não, orientando-se pelos princípios de pragmatismo, tolerância e diversidade (Santos; Miranda, 2016). Sendo assim, essa prática visa não a abstinência e nem estigmatiza o uso de álcool e outras drogas, mas sim procura a redução de danos de ordem biopsicossocial (Santos; Miranda, 2016). Como políticas públicas próprias desse modelo, pode-se citar: terapia de substituição, criação de salas de uso mais seguro, troca de seringas, distribuição de preservativos etc. (Santos; Miranda, 2016).

A importância da pesquisa documental no campo da Psicologia Social

Como apontam Mainieri e Romagnoli (2010), o estatuto da cientificidade, construído ao longo da Modernidade é, e foi nas últimas décadas, posto à prova, principalmente aquele que diz respeito às ciências ditas humanas, sociais e psicológicas. Por isso, fez-se necessário a “busca de novos instrumentais científicos que permitam acompanhar a complexidade e a processualidade dos processos de subjetivação tais como se apresentam na atualidade” (Mainieri; Romagnoli, 2010, p. 87).

Ancorado em pensamento semelhante, Spink (2013), revela-nos como as ditas ciências sociais – dentre elas a Psicologia Social – estão apartadas e até estereotipadas entre si, isto é, pouco se relacionam e possuem conhecimentos vagos uma em relação a outra. Não diferentemente as metodologias e fontes de dados de cada uma dessas ciências são distintas, mesmo que cientificamente rigorosas em todos os casos.

Bom exemplo disso são as pesquisas em documentos públicos. Usada em grandes escalas entre os historiadores, essa fonte de dados é pouco utilizada entre psicólogos sociais e, quando muito, serve apenas como forma de contextualização de um trabalho. Contudo, para Spink (2013) é importante buscar aproximar as ciências humanas, produzindo conhecimentos mais interdisciplinares e aprendendo umas com as outras. Sendo assim, é pertinente aproximar métodos de procura de conhecimento, dentre eles, o de pesquisa documental.

Conforme Spink (2013), os documentos públicos são instrumentos que assumem diversas formas (de jornais a propagandas) e que “refletem duas práticas discursivas: como gênero de

circulação – como artefatos de sentido de tornar público –, e como conteúdo, em relação àquilo que está impresso em suas páginas” (Spink, 2013, p. 81). Isto é, documentos são representantes de uma sociedade e seu cotidiano sendo, portanto, igualmente representantes de uma intersubjetividade dada em certo contexto, fruto de conversas, debates e até pensamentos de pessoas.

Além disso Spink (2013) também coloca que, por não serem privados, esses documentos garantem pleno acesso ao pesquisador, que pode analisar as temáticas presentes em um documento ou um conjunto deles sem problemas judiciais.

Em outro artigo, Spink (2014) coloca novos apontamentos sobre essa metodologia de pesquisa. Como ele afirma, a redemocratização do Brasil e, mais a frente, a Lei de Acesso à Informação (LAI) contribuíram para um maior e melhor acesso a documentos públicos, estimulando essa prática entre pesquisadores.

Ademais, também atenta para o fato de que, em uma análise de documentos, é importante que se analise não somente o que está escrito e publicado em documentos públicos, mas também aquilo que não está nem escrito e nem produzido, afinal, tudo que consta e não consta são produtos sociopolíticos e até psicológicos de um tempo e espaço:

Os documentos de domínio público são – em si mesmos – produtos sociopolíticos de uma ideia radical: a própria noção do público enquanto esfera de ação e discussão, um lugar onde é possível ter e expressar opiniões. Assim, qualquer documento que é público – a nossa placa com a lista de linhas e destinos – reflete pelo menos três práticas discursivas: a peça de publicação; as razões de tornar público, incluindo os endereçamentos; e o relato que é tornado público – seu conteúdo. (Spink, 2014, p. 213)

Objeto e objetivo da pesquisa

Considerando o exposto anteriormente, considerou-se pertinente a realização de pesquisa sobre documentos públicos que abordam a temática de álcool e outras drogas, especialmente aqueles dirigidos à adolescentes e jovens a fim de procurar entender como os órgãos públicos e aqueles que ocupam estes espaços lidam com estas temáticas e o que propõem de informações e intervenções.

Deste modo, decidiu-se realizar levantamento de cartilhas produzidas por órgãos públicos ligados ao governo federal os quais abordassem a temática de álcool e outras drogas e juventude. Para fazer um recorte temporal, definiu-se que essa procura deveria ser feita por cartilhas publicadas a partir de 2010 até 2021, o que englobaria os governos de Lula, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Vale salientar que foi feita pesquisa nos sites Google Acadêmico e Scielo procurando por termos como “álcool”, “drogas”, “cartilha”, “juventude” e “adolescência” a fim de verificar se pesquisas anteriores com o mesmo objeto de pesquisa haviam sido feitas. Contudo, nada similar foi encontrado até a redação deste artigo.

Metodologia e coleta de dados

Partindo para a prática, com o intuito de se fazer um levantamento destas cartilhas, dois caminhos foram usados. No primeiro deles, utilizou-se da ferramenta de busca do governo federal (GOV.BR) por meio do site do Ministério da Saúde, usando os termos “cartilha”, “álcool” e “drogas”.

Por meio desta pesquisa, foram obtidas um total de 19 cartilhas publicadas desde 2010 até 2021 e cujos responsáveis eram órgãos ligados a diferentes ministérios. Para confirmar as buscas e até levantar novas possíveis cartilhas, também se utilizou das prerrogativas garantidas na Lei de Acesso à Informação e, por meio do site FALA.BR, requisitou-se aos Ministério da Cidadania, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e da Mulher, Família e Direitos Humanos (os mesmos ministérios levantados na procura anterior) que enviassem todas as cartilhas com as temáticas de álcool e outras drogas que tivessem.

Obtidas as respostas de todos os Ministérios, não se encontrou nenhuma nova cartilha que não houvesse sido adquirida no primeiro método de coleta. Sendo assim, ao todo foram encontradas 19 cartilhas, a saber:

1. Álcool e outras drogas: adolescentes e jovens para a prevenção entre pares – saúde e prevenção nas escolas (2010);
2. Drogas: cartilha para pais de adolescentes (2010);
3. Drogas: cartilha álcool e jovens (2010);
4. Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil (2011);
5. Drogas: mudando comportamentos (2011);
6. Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas (2011);
7. Drogas: cartilhas sobre tabaco (2011);
8. Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes (2011);
9. Drogas: cartilha para pais de crianças (2011);
10. Drogas: cartilha para educadores (2011);
11. Fé na prevenção: conversando com jovens sobre drogas (2015);
12. Como ajudar uma pessoa dependente de drogas (2020);
13. 12 práticas de como pais e responsáveis podem, no dia a dia, proteger o futuro das crianças e adolescentes em relação ao uso de tabaco, álcool e outras drogas (2020);
14. 11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil (2020);

15. Argumentos contra a legalização da maconha em busca da racionalidade perdida: uma abordagem baseada em evidências científicas (2021);
16. Conhecendo os efeitos do uso de drogas na gestação e as consequências para os bebês (2021);
17. Estratégias para gerenciamento de casos complexos em dependência química (2021); 18. Parar de fumar: um guia de autoajuda (2021);
19. Os riscos do uso de maconha na família, na infância e na juventude (2021).

A seguir, verificou-se quais dessas cartilhas possuíam alguma citação referente à adolescência e juventude. Entendeu-se que a abordagem deveria ser feita de alguma forma ao longo dos textos da cartilha, mesmo que não seja o ponto principal da obra. Foram descartadas cartilhas onde a temática da juventude ou não aparece ou aparece somente enquanto citação de lei e/ou indicação de outros meios informacionais. Nesse sentido, 4 cartilhas foram excluídas (“Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil”, “Drogas: Cartilha mudando comportamentos”, “11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil” e “Estratégias para gerenciamento de casos complexos em dependência química”), restando 15 que vieram a ser analisadas e discutidas.

Análise e discussão

Do total de 19 cartilhas encontradas, 11 foram produzidas entre os governos petistas, 0 no governo Temer e 8 no governo de Bolsonaro (até 2021). Tomando essa informação como referencial, não deixa de ser interessante notar como entre os governos petistas e o governo Bolsonaro o objetivo das cartilhas apresenta alguma distinção: enquanto nos governos petistas os objetivos trataram, majoritariamente, de trazer informações científicas, orientações e formas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas a jovens, familiares, profissionais da saúde e até o público em geral, as cartilhas do governo Bolsonaro procuram além de fornecer informações sobre prevenção e gerenciamento de usuários de álcool e outras drogas, também, trazer dados para fortalecer o proibicionismo e a não legalização de drogas. Isto é, dão a entender que seria melhor para a sociedade perpetuar a ilegalidade do uso de drogas no país e combater criminalmente suas vendas.

Além disso, nota-se que, do ponto de vista dos órgãos responsáveis, durante os governos petistas, 1 foi produzida pelo Ministério da Saúde (ligado à Secretaria de Vigilância em Saúde), 8 pelo Ministério da Justiça e 2 pelo Gabinete de Segurança Institucional (sendo que nesses dois casos estando ligados à Secretaria Nacional de Políticas de Drogas). Já no governo Bolsonaro, todas foram produzidas pelo Ministério da Cidadania (ligados, principalmente à Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas e à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social), sendo que uma foi feita em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ligado à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Do ponto de vista do público-alvo das cartilhas, do total, 3 se dirigem diretamente à jovens, 5 à pais e familiares, 6 à sociedade civil como um todo, 2 à usuários de álcool e outras drogas, 1 à profissionais da educação e 3 à profissionais da saúde.

No que diz respeito às 15 cartilhas que tocam na temática juventude pode-se realizar novas análises. A primeira delas é que, quantitativamente falando, as palavras principais para se referir à juventude são, justamente, adolescência, adolescente(s), jovem(ns), juventude, usadas em praticamente todas as cartilhas, em larga escala e muitas vezes como sinônimos, o que indica que as formas majoritárias em nossa sociedade de se referir a este período de vida são justamente essas em detrimento das outras que foram pesquisadas. Há de se destacar que não houve maior uso de algum desses termos por um ou outro governo e que as palavras adolescência e juventude são utilizadas como sinônimo — não havendo ainda, no âmbito das políticas públicas, a compreensão sobre a necessidade de considerar esses dois períodos da vida como distintos (Abramo, 2005).

Sobre como essas cartilhas introduzem a juventude e a definem, é quase geral que este momento é caracterizado por um período marcado por mudanças biopsicossociais que transformam a vida sujeito que passa por essa transição. A juventude também é identificada como um período no qual o jovem se deixa aberto para mais e novas experiências, sendo que estas ocorrem mais em conjunto com seus pares, do que em relação aos familiares, instituição da qual ele se afasta na tentativa de buscar criar uma identidade própria. Por exemplo, a cartilha “Como ajudar uma pessoa dependente de drogas” (Cidadania, 2020) caracteriza a adolescência como uma fase de criação de identidade a qual é “temida” pela família e divididas em diferentes “tribos” que podem ser distantes das filosofias das famílias, podendo tornar o diálogo mais difícil. Semelhantemente, a cartilha “Fé na prevenção: conversando com jovens sobre drogas” entende a juventude como momento da vida marcado por mudanças na vida de alguém, obrigando os diferentes jovens (com suas diversas juventudes) a tomar muitas escolhas importantes sob pressão. Ao mesmo tempo, é interessante pontuar que não se encontrou em nenhum destes documentos uma abordagem mais histórica e culturalmente contextualizada da adolescência e juventude.

Já quanto à forma como é compreendida a relação da juventude com álcool e outras drogas, muitas das cartilhas tentam se valer de argumentos ditos científicos e técnicos para trazer informações sobre essa relação, muito provavelmente como forma de reforçar os pontos levantados. Um destes que mais veio à tona, foi a de dizer que o uso de álcool e outras drogas é extremamente prejudicial para adolescentes, podendo afetar seu desenvolvimento biopsicossocial de forma geral: a cartilha “Argumentos contra a legalização da maconha em busca da racionalidade perdida: uma abordagem baseada em evidências científicas” pontua, a título de exemplo, que 600 mil adolescentes brasileiros já provaram maconha, sendo que essa faixa etária corre fortes riscos psicológicos, cognitivos, neurológicos, sociais, psiquiátricos e de e

de desenvolvimento, sendo vulneráveis ao uso. A cartilha “Conhecendo os efeitos do uso de drogas na gestação e as consequências para os bebês” Associa negativamente a adolescência ao uso de maconha e de outras drogas, alertando para a relação deste uso com problemas de desenvolvimento neurológico, psiquiátricos e sociais. Por fim, “12 práticas de como pais e responsáveis podem, no dia a dia, proteger o futuro das crianças e adolescentes em relação ao uso de tabaco, álcool e outras drogas” revela que o cérebro de um adolescente está em formação e que, portanto, o uso de drogas pode danificar este desenvolvimento.

Outro ponto mais geral foi o de trazer que os principais fatores que fazem um jovem consumir drogas é ter novas experiências, sentir prazer, fugir da realidade, sentir-se pertencente a um grupo social e até ceder a propagandas publicitárias, como a cartilha “Drogas: cartilhas sobre tabaco” que postula que a adolescência e a juventude são as etapas da vida mais suscetíveis para que pessoas experimentem cigarro seja por influência de amigos, seja da publicidade.

Não obstante, percebe-se uma tendência nas cartilhas do período Bolsonaro em trazer mais informações negativas em relação a álcool e outras drogas, associando-as a problemas de diversas formas na vida dos jovens, trazendo à tona a importância da família enquanto instituição que pode resolver essa problemática, tal como a cartilha “Argumentos contra a legalização da maconha em busca da racionalidade perdida: uma abordagem baseada em evidências científicas” que coloca que se legalizada, a maconha, mesmo que proibida para menores, seria acessada por estes, como álcool e cigarro o são. Isto é, adolescentes não estariam devidamente protegidos por uma legalização.

Já nos períodos Lula e Dilma vê-se cartilhas que trazem uma abordagem não liberal para o uso de álcool e outras drogas, mas que tendem a dar um olhar mais realista para esse fato, dando uma ênfase também para a escola e o próprio jovem. Em “Drogas: cartilha para pais de adolescentes” é afirmado que a campanha de amedrontamento contra drogas não surte o efeito desejado na medida em que jovens que fazem uso de drogas percebem que nem tudo o que afirmam de fato acontece, sem contar que assustar jovens desmobilizaria recomendações preventivas eficazes. Além disso, na cartilha “Drogas: Cartilha para educadores” é colocado que professores são, muitas vezes, referenciais para jovens e que uma boa relação de alunos diminui a probabilidade destes usarem drogas e também que a maioria dos jovens é saudável e não faz qualquer uso de álcool e outras drogas.

Por fim, do ponto de vista da intervenção proposta, boa parte das cartilhas são mais informativas, isto é, trazem apenas informações e não formas de como se lidar diretamente com a situação. De toda forma, das que sugerem algo, vê-se indicações de como famílias, escolas (educadores) e até os próprios jovens podem abordar a temática entre si, conversando e debatendo o assunto, ou até realizando atividades, práticas e dinâmicas que toquem no assunto e tentem lidar com ele.

Ademais, de forma geral, as cartilhas do governo Bolsonaro tendem a defender ou indicar de forma mais incisiva o proibicionismo ou comportamentos correlatos – como “Argumentos contra a legalização da maconha em busca da racionalidade perdida: uma abordagem baseada em evidências científicas” e “Os riscos do uso de maconha na família, na infância e na juventude”, ao passo que apenas uma cartilha, produzida no governo Lula pela área de saúde – “Álcool e outras drogas: adolescentes e jovens para a prevenção entre pares – saúde e prevenção nas escolas” – coloca de forma direta a importância da prática de redução de danos para se lidar com a questão.

Considerações finais

Em suma, nota-se que a temática da juventude e o uso de álcool e outras drogas não é uma temática negligenciada pelos últimos governos federais, afinal, salvo no curto período Temer, 15 cartilhas foram produzidas a respeito deste assunto em 10 anos, o que confirma o fato de ser uma preocupação social o uso de substâncias na adolescência.

De forma geral existem algumas informações e comentários que aparecem amplamente em todas essas cartilhas, o que mostra, provavelmente, algumas ideias que são consensualmente difundidas em nossa sociedade e até, provavelmente, amplamente aceitas, como o fato de afirmar, por exemplo, que a juventude é um período de transformação e busca por identificação própria e até que o uso de álcool e outras drogas nessa faixa etária pode incutir danos para o desenvolvimento desta pessoa.

Porém, diferenças também são encontradas: a centralidade da instituição familiar neste caso, o papel da escola e até dos jovens e as práticas mais adequadas para se lidar com isso foram temas com diferentes opiniões. De forma geral, nota-se uma tendência a conservadorização das opiniões expressas nas cartilhas de 2010 para cá, o que encontra respaldo no próprio avanço das ideologias conservadoras e reacionárias que vem ocorrendo nos últimos tempos, cuja maior fato expressivo disso é a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

★

The relationship between youth and alcohol and other drugs: an analysis of federal government booklets from the perspective of Social Psychology

This paper, the result of scientific initiation research, seeks to analyze the socially established relationship between youth and alcohol and other drugs, especially in public agencies and services, taking as a reference the methodology of document analysis of Social Psychology. To this end, a literature review was first carried out on the notions of adolescence and youth and also on how Brazilian health services deal with the themes of youth and alcohol and other drugs. From this, a total of 15 booklets produced by the federal government between 2010 and 2021 were raised, which addressed both themes. Finally, in the discussion and in the final considerations, the tendency to characterize adolescence as a phase of experimentation and identity formation was highlighted, as well as the conservatism of the booklets produced in recent years, which tend to defend abstinence as the Only public alternative. for young people when using substances.

Keywords: youth; alcohol and other drugs; social psychology; adolescence; booklet.

*

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, 1997.
- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In FREITAS, M. et al. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- CIDADANIA, Ministério da. **Como ajudar uma pessoa dependente de drogas**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2020.
- CIDADANIA, Ministério da. **Conhecendo os efeitos do uso de drogas na gestação e as consequências para os bebês**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021.
- CIDADANIA, Ministério da. **11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2020.
- CIDADANIA, Ministério da. **12 práticas de como pais e responsáveis podem, no dia a dia, proteger o futuro das crianças e adolescentes em relação ao uso de tabaco, álcool e outras drogas**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2020.
- CIDADANIA, Ministério da; HUMANOS, Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos. **Os riscos do uso da maconha na família, na infância e na juventude**. Brasília: Ministério da Cidadania, Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, 2021.
- JUSTIÇA, Ministério da. **Conversando sobre drogas com jovens: Fé na Prevenção**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2015.

- JUSTIÇA, Ministério da. **Drogas: cartilha mudando comportamentos**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- JUSTIÇA, Ministério da. **Drogas: cartilha para educadores**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011
- JUSTIÇA, Ministério da. **Drogas: cartilha para pais de crianças**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- JUSTIÇA, Ministério da. **Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- JUSTIÇA, Ministério da. **Drogas: cartilha sobre tabaco**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- JUSTIÇA, Ministério da. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- JUSTIÇA, Ministério da. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- LARANJEIRA, Ronaldo et al. **Argumentos contra a legalização da maconha: em busca da racionalidade perdida: uma abordagem baseada em evidências científicas**. Brasília: Ministério da Cidadania; Florianópolis: SEAD/UFSC, 2021.
- LARANJEIRA, Ronaldo et al. **Estratégias para o gerenciamento de casos complexos em dependência química**. Brasília: Ministério da Cidadania; Florianópolis: SEAD/UFSC, 2021.
- LARANJEIRA, Ronaldo et al. **Parar de fumar: um guia de autoajuda**. Brasília: Ministério da Cidadania; Florianópolis: SEAD/UFSC, 2021.
- LEÓN, O. D. **Adolescência e juventude: das noções às abordagens**. In FREITAS, M. V. et al. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- MAINIERI, S.; ROMAGNOLI, R. C. **Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos**. *Estud. pesqui. psicol.*: Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2010.
- MÉLLO, Ricardo Pimentel. **Cuidar? De quem? De quê? A ética que nos conduz**. Curitiba: Appris, 2016.
- PASSOS, E. et al. **Estratégia Cogestiva na Pesquisa e na Clínica em Saúde Mental. Ecos: Estudos Contemporâneos de Subjetividade**, v. 3, n. 1, 2013.
- REPÚBLICA, Presidência da. **Drogas: cartilha álcool e jovens**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.
- REPÚBLICA, Presidência da. **Drogas: cartilha para pais de adolescentes**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.
- SANTOS, V. B.; MIRANDA, M. **Projetos/programas de redução de danos no Brasil: uma revisão de literatura**. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 5, n. 1, 2016.
- SAÚDE, Ministério da. **Álcool e outras drogas: adolescentes e jovens para a prevenção entre pares - saúde e prevenção nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

SPINK, P. Análise de Documentos de Domínio Público. In SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, P. Documentos de domínio público e a produção de informações. In SPINK, M. J. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

TOMMASI, L. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 1, 2012.

TOMMASI, L.; VELAZCO, D. O governo dos jovens e as favelas cariocas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 3, 2016.

YSAUI, S.; COSTA-ROSA, A. A Estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 78/79/80, 2008.